



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-

Internacionais Ano letivo de 2023-2024

### Unidade curricular

Direito Internacional Público/Public International Law (english version below)

### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Eduardo Correia Baptista (eduardobaptista@fd.ulisboa.pt) – 2 horas semanais

### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A disciplina visa proporcionar conhecimentos aprofundados ao nível do Direito Internacional Público, particularmente do Direito Internacional da Responsabilidade, bem como formar competências interpretativas e de resolução de questões concretas neste âmbito. Simultaneamente, pretende-se desenvolver amplamente competências de investigação autónoma e críticas, tendo em vista preparar os mestrandos para os desafios científicos colocados pela elaboração de uma dissertação de mestrado. Privilegia-se uma análise concreta das questões, que passa pelo estudo da jurisprudência e prática internacional, e não meramente normativa.

O tema neste ano letivo de 2023-2024 será Direito Internacional do Estado.

### Conteúdos programáticos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## O Estado

### I - Constituição

#### 1. Introdução

#### 2. O reconhecimento

##### 2.1. A questão dos seus efeitos

##### 2.2. Regime Jurídico

###### 2.2.1. Eficácia declarativa

###### 2.2.2. Eficácia constitutiva

#### 3. O Governo

##### 3.1. Órgãos

##### 3.2. Reconhecimento

###### 3.2.1. O critério da efetividade

###### 3.2.2. O não reconhecimento jurídico tradicional.

###### 3.2.3. O não reconhecimento democrático

###### 3.2.4. Consequências do não reconhecimento jurídico, em particular no caso de divergência

###### 3.2.5. Reconhecimento coletivo de Governos no exílio



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## II – Extinção.

4. Extinção e continuidade.

5. Extinção e suspensão.

6. Sucessão.

6.1. Noção.

6.2. Fronteiras e direitos territoriais.

6.3. Sucessão quanto a tratados.

6.3.1. Alteração de fronteiras.

6.3.2. Novos Estados Independentes.

6.3.3. Secessão e dissolução.

6.3.4. União e anexação.

6.3.5. Tratados constitutivos de organizações internacionais

6.4. Sucessão em bens e dívidas.

6.4.1. Alteração de fronteiras.

6.4.2. Novos Estados Independentes

6.4.3. Secessão e dissolução.

6.4.4. União e anexação.

6.5. Os direitos de particulares.

## III – Capacidade.

7 - Poder independente (soberania).

7.1. Princípios fundamentais.

7.1.1. Princípio da liberdade

7.1.1.1. Limites internacionais.

7.1.1.2. Jurisdição interna.

7.1.2. Princípio da igualdade.

7.1.2.1. Conteúdo.

7.1.2.2. Imunidades.

7.1.2.2.1. Do Estado.

7.1.2.2.2. Dos órgãos estaduais superiores



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

8. Incapacidade.

8.1. Estado vassalo

8.2. Estado protegido.

8.3. Estado cliente.

8.4. Estado confederado.

IV – Jurisdição pessoal

9. Introdução.

10. Cidadania e nacionalidade.

10.1. Atribuição.

10.2. Perda.

10.3. Nacionalidade das pessoas coletivas.

11. Consequências internacionais da nacionalidade

11.1. A proteção diplomática.

11.2. Jurisdição penal.

V - Jurisdição territorial

12. Conceito.

12.1. Conteúdo.

12.2. Âmbito.

12.3. Natureza.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Lecionamento das matérias de uma forma eminentemente prática, com recurso sistemático à prática internacional.

Incentivo à participação e à interação entre o docente e os discentes, bem como entre estes.

Ênfase no desenvolvimento das capacidades de pesquisa autónoma.

Fomento da formação pessoal de esquemas de conhecimento e de desenvolvimento de perspetivas próprias.

Valorização da aquisição das referidas competências a confirmar na participação oral e elaboração de um relatório escrito sobre uma questão jurídica específica incluída no objeto do seminário.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Tendo presente novamente o objectivo de formação de competências práticas, a referida coerência encontra apoio na ênfase num ensino virado para a realidade e na escolha de um tema com relevância social.

### Bibliografia principal

Baptista, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. II, Coimbra, 2004.

Evans, Malcolm David - *International Law*, 4th ed., Oxford, 2014.

Nicholson, Rowan - *Statehood and the State-Like in International Law*, Oxford, 2019.

Orakhelashvili, Alexander - *Akehurst's Modern Introduction to International Law*, London, 2022

Vidmar, Jure - *Territorial Status in International Law*, New York/Dublin, 2024.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

Course of Scientific Master on Public International Law

Public International Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Eduardo Correia Baptista (eduardobaptista@fd.ulisboa.pt) – 2 hours weekly

Learning outcomes of the curricular unit

This curricular unit aims to provide in-depth knowledge on Public International Law, as well as develop interpretive skills to solve practical issues in this area. Simultaneously, we intend to develop critical and autonomous research skills in order to prepare the students for the scientific challenges posed by the development of a dissertation. The focus is on a concrete analysis of the issues, through the study of jurisprudence and international practice, and not merely the normative prescriptions.

Syllabus



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## I - Constitution

1. introduction
2. Recognition
  - 2.1 The question of its effects
  - 2.2, Legal regime
    - 2.2.1 Declaratory effect
    - 2.2.2 Constitutive effect
3. The Government
  - 3.1. Bodies
  - 3.2 Recognition
    - 3.2.1 The criterion of effectiveness
    - 3.2.2 Traditional non-recognition.
    - 3.2.3 Democratic non-recognition
    - 3.2.4 Consequences of legal non-recognition, particularly in the case of divergence
    - 3.2.5 Collective recognition of governments in exile





FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## II - Extinction.

4. Extinction and continuity.

5. Extinction and suspension.

6. Succession.

6.1 Concept.

6.2 Borders and territorial rights.

6.3 Succession in respect of treaties.

6.3.1 Changes to borders.

6.3.2 New independent states.

6.3.3 Secession and dissolution.

6.3.4 Union and annexation.

6.3.5 Constitutive treaties of international organizations

6.4 Succession in property and debts.

6.4.1 Changes in borders.

6.4.2 New independent states

6.4.3 Secession and dissolution.

6.4.4 Union and annexation.

6.5. The rights of private individuals.

## III - Capacity.

7 - Independent power (sovereignty).

7.1 Fundamental principles.

7.1.1 Principle of freedom

7.1.1.1 International limits.

7.1.1.2 Domestic jurisdiction.

7.1.2 Principle of equality.

7.1.2.1 Content.

7.1.2.2 Immunities.

7.1.2.2.1 Of the State.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

7.1.2.2.2 Of higher state bodies.

8. Incapacity.

8.1 Vassal state

8.2 Protected State

8.3 Client state.

8.4 Confederate State.

IV - Personal jurisdiction

9. Introduction.

10. Citizenship and nationality.

10.1 Attribution.

10,2. Loss.

10.3 Nationality of legal persons.

11. International consequences of nationality

11.1 Diplomatic protection.

11.2 Criminal jurisdiction.

V - Territorial jurisdiction

12. Concept.

12.1 Content.

12.2 Scope.

12.3 Nature.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in an eminently practical way, with systematic recourse to international practice. Participation and interaction between teacher and students, and between them, is encouraged.

There is an emphasis on the development of capacities of independent research and on the acquisition of practical knowledge.

Grading will be based on oral participation in class and especially on a written report. This report can be written in English, Spanish, Italian or French.

### Main Bibliography

Baptista, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. II, Coimbra, 2004.

Evans, Malcolm David - *International Law*, 4th ed., Oxford, 2014.

Nicholson, Rowan - *Statehood and the State-Like in International Law*, Oxford, 2019.

Orakhelashvili, Alexander - *Akehurst's Modern Introduction to International Law*, London, 2022

Vidmar, Jure - *Territorial Status in International Law*, New York/Dublin, 2024.